



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

REQUERIMENTO Nº , DE 2003. (DA Sra. ALICE PORTUGAL)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os abusos praticados pelas escolas particulares na fixação das mensalidades e as ameaças e constrangimentos impostos aos estudantes inadimplentes.

Senhor Presidente

A política de liberalização econômica posta em prática em nosso país nos últimos anos terminou criando maiores facilidades para a prática de abusos contra o consumidor. Os preços foram liberados sob a alegação de que não se justificava a existência de qualquer tipo de controle estatal numa economia estabilizada, quando o próprio “mercado” cuida de regular as relações de consumo.

No rol dos preços liberados pelo governo incluiu-se o da mensalidade escolar, numa decisão que traduzia a visão predominante no governo anterior, qual seja, a de tratar a educação como simples mercadoria e deixar que as regras de mercado passassem a regular as relações aluno – escola.

O resultado desta política demonstrou-se desastroso para o lado mais fraco, os estudantes e suas famílias, que são obrigados a pagar mensalidades escolares cada vez mais abusivas e, se não conseguirem honrar seus compromissos, ainda são vítimas de ameaças de expulsão e sofrem constrangimentos em suas escolas.

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino chegou ao ponto de orientar seus filiados a criarem um cadastro nacional de estudantes inadimplentes para evitar que algum estabelecimento de ensino receba a matrícula de “devedores contumazes”.

Diante dos crescentes abusos dos proprietários dos estabelecimentos particulares de ensino e da ameaça que fazem da adoção de medidas mais duras contra os que não conseguem arcar com os altos preços das mensalidades, inclusive com a constituição de lobby específico para pressionar o Congresso Nacional a mudar a Medida Provisória n.º 2.173-24, de 23 de agosto de 2001 (matérias em anexo), o Congresso Nacional e o Ministério da Educação têm o dever de intervir nesse debate e de buscar formas de proteger os direitos dos estudantes e de suas famílias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, com o intuito de contribuir na busca de soluções para o problema, requeiro à Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso XIV e no art. 255 e ss. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada Audiência Pública para discutir os abusos praticados pelos proprietários das escolas particulares na fixação de altas taxas de mensalidades escolares, as ameaças de expulsão de alunos inadimplentes, a ausência de transparência nas planilhas de custos apresentadas pelas escolas privadas e os constrangimentos que são impostos aos alunos que não conseguem arcar com o pagamento de suas mensalidades.

Requeiro ainda que sejam convidados para a Audiência Pública os representantes do Ministério da Educação, União Nacional dos Estudantes, União Nacional dos Estudantes Secundaristas, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Andes-Sindicato Nacional, Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior e Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Sala das sessões, em 11 de maio de 2003.

Alice Portugal
Deputada Federal